

ATA DA XXXIV REUNIÃO DO CEDRAF

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e nove, realizou-se a Trigésima quarta reunião do CEDRAF, nas dependências do Instituto EMATER-Paraná (Rua da Bandeira, 500 – sala de reuniões do 1º andar). Estiveram presentes 22 conselheiros: IZAIAS AMARAL DAS NEVES, da APPA, SABRINA PARRINO, da SETP, MARLI CATARINA V.C. DA ROCHA, Representante das Mulheres, JOSÉ LUIZ SCHWAB, da ARCAFAR-SUL, JOAQUIM CARLOS TOMAS, do Instituto EMATER, ADEMIR DALLAZEN, da UNICAFES Pr, MARIA APARECIDA GEFFER, Representante dos Territórios, SÉRGIO M. BITTENCOURT, da SEMA, VALDIR DUARTE, da Rede ECOVIDA, EUGENIO BITTENCOURT, da AMP, RENI ANTONIO DENARDI, do MDA/DFDA-Pr, FRANCISCO GUIMARÃES, da SEPL, ANIBAL SANTOS RDRIGUES, da SETI, NILSON HANKE CAMARGO, da FAEP, JOÃO CARLOS HILMAN, da CRESOL, CÂNDIDA C. DA JUNQUEIRA, da SEED, ADRIANO GONÇALVES PEREIRA, Representante dos Quilombolas, ALEXANDRE MAURICIO SANDRI, do INCRA, EDMIR M. FERREIRA, Representante da Federação dos Pescadores, ANDREIA CLAUDINO, do SEBRAE, VALTER BIANCHINI, da SEAB, e, ELEMAR CEZIMBRA, do CEAGRO. O Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento Valter Bianchini presidiu a reunião, onde registrou as presenças do Prefeito Sinval de Tibagi, representando o Território Caminhos do Tibagi, o Prefeito Ciro Fernandes de Ivaiporã, representando o Vale do Ivaí, a Prefeita Heloísa Ivanzek Jeme, de Nova Tebas, representando o Paraná Centro, o Prefeito Luiz Adir Gonçalves Pereira de São Mateus do Sul, representando o Vale do Iguaçu e a AMSULPAR, Associação dos Municípios Sul do Paraná, Prefeito Eugênio Bittencourt, representante do Território da Cantuquiriguaçu e também conselheiro do CEDRAF representando a AMP, Prefeito Roberto Dias Siema de Tamarana, do vereador Sr. Zillioto Daldin de União da Vitória, e dos Secretários Municipais de Agricultura de Bituruna Sr. Maocir Mazziero representando o Prefeito Remi Ranzolin pelo Vale do Iguaçu, Secretário do Município de Reserva Sr. Dulcidio Becher representando o Prefeito Frederico Bittencourt Hornung do Território Caminhos do Tibagi, o Deputado Estadual Elton Welter e Jorge Mrytczka do IBGE, onde todos foram convidados a fazer parte da mesa. Também foram registradas as presenças dos representantes da ARCAFAR-SUL, dando início aos trabalhos passou a palavra para o Secretário Executivo Sr. Luiz Fernando, que fez leitura da pauta onde continha os seguintes assuntos: **1) – APROVAÇÃO DA ATA. 2) – PROJETOS PRONAT 2010- Articuladores Estaduais, 3) – APRESENTAÇÃO DE INICIATIVAS TERRITORIAIS – VALE DO IVAÍ E VALE DO IGUAÇU, 4) – EVOLUÇÃO DAS AÇÕES COM VISTAS À IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – SEAB/EMATER/SEED/CAE/CONSEA/MDA/SET/CONAB, 5) – INFORMES da parte da manhã, 6) INTERVALO PARA ALMOÇO. 7) – DEBATE SOBRE O CENSO AGROPECUÁRIO – IBGE/IPARDES/SEAB, 8) – INFORMES GERAIS, 9) – ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DE 2009.** Após, iniciou colocando a pauta da 33ª Reunião para aprovação, deixando claro que havia algumas considerações por parte do IAPAR, mas que não alteravam o conteúdo principal da pauta, perguntou aos Conselheiros presentes se poderiam aprovar a pauta, a qual foi aprovada por todos os Conselheiros presentes. Dando seqüência chamou o Sr. Abner, Articulador Estadual, para fazer a apresentação dos Projetos PRONAT 2010, esclarecendo que 2010 é ano eleitoral, e devido a isso é necessário fazer uma reunião extraordinária entre Janeiro e Fevereiro de 2010. Devido a isso é importante o empenho dos Conselheiros para estarem presentes nesta reunião para aprovação dos Projetos uma vez que o período para contratação é curto devido ao ano eleitoral. O Sr. Abner iniciou a apresentação da “Análise e Manifestação sobre Projetos de ATER”. 1) Primeiro foi apresentado e discutido projeto proposto pela ARCAFAR-SUL ao MDA/SAF, com o título “ORIENTAR PARA ADEQUAR A

PROPRIEDADE FAMILIAR AO CÓDIGO FLORESTAL, ATRAVÉS DE ATER, VISANDO A PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA ARCAFAR-SUL, NOS ESTADOS DO PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL”. Este projeto tem sete metas territoriais de realizar ATER para 14.310 (quatorze mil e trezentos e dez) agricultores familiares de seis territórios beneficiados pelo Programa Territórios da Cidadania (três no PR, um em SC e dois no RS) e de outros territórios rurais dos três estados sulinos. O valor total do projeto é de R\$ 1.471.284,00 (um milhão, quatrocentos e setenta e um mil e duzentos e oitenta e quatro reais), dos quais R\$ 1.422.630,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e dois mil e seiscentos e trinta reais) são de recursos do MDA/SAF e os restantes R\$ 48.654,00 (quarenta e oito mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais) referem-se à contrapartida da proponente Arcafar-Sul. No Paraná, serão beneficiados agricultores familiares dos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná Centro e Norte Pioneiro, além de outros três territórios (Caminhos do Tibagi, Centro-Sul e Sudoeste) atendidos pelas Casas Familiares Rurais (CFR) integradas na Rede da Arcafar-Sul. Esta Rede é formada atualmente por 70 CFR, denominadas nacionalmente de Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), 40 das quais estão no Paraná, onde também fica a sede da Arcafar-Sul, no município de Barracão. Depois de prestados todos os esclarecimentos a respeito do projeto e considerando o histórico de mais de 10 (dez) anos de atuação da proponente no Paraná e sul do Brasil, onde já formou mais de 10 (dez) mil jovens agricultores, bem como a sua sólida estrutura e capacidade operacional, que é reforçada pelas parcerias mantidas pela Arcafar-Sul com os governos federal, estaduais e municipais, o colegiado do CEDRAF deliberou por recomendar à Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário para que contrate o projeto em tela, pois a implementação do mesmo ampliará as oportunidades de escolha de grande número de jovens agricultores familiares e promoverá o desenvolvimento sustentável e solidário das comunidades, municípios e territórios rurais onde vivem. 2) Na sequência, foi apresentado e discutido também projeto proposto pela ATAEPAR ao MDA/SAF, intitulado “QUALIFICAÇÃO DE AGENTES DE ATER EM INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS”. O projeto prevê contemplar 50 (cinquenta) municípios dos seguintes Territórios da Cidadania no Estado do Paraná: Cantuquiriguaçu, Vale do Ribeira, Centro Sul, Norte Pioneiro e Paraná Centro. A proposta é de qualificar 100 (cem) agentes de Ater em temas geradores de Inovações Tecnológicas, com a realização de dez eventos, sendo cinco em processos metodológicos em Ater com 40 horas/aula cada um e cinco em temas específicos com 24 horas/aula cada um. Os temas específicos aqui mencionados são resultados de um levantamento prévio junto aos territórios e Delegacia do MDA no Paraná. Essas qualificações são divididas em duas áreas, sendo a primeira em metodologias participativas em Ater com ênfase na Pedagogia Audiovisual e a segunda em temas específicos, como: preservação do bioma mata atlântica com a exploração racional da palmeira pupunha; reconversão gradativa da fumicultura para alternativas viáveis de produção como a fruticultura, entre outras; produção de leite a pasto (tecnologia pouco desenvolvida) enquanto reafirmação pedagógica; rotação de culturas e suas vantagens financeiras, ambientais na recuperação de solo e água; manejo do sistema de produção para a conversão para a agricultura orgânica. Além disso, o projeto prevê produzir dois vídeos didático-pedagógicos com duração de 15 minutos, em alternativas tecnológicas na diversificação da agricultura familiar, a serem utilizados na qualificação de extensionistas e de agricultores familiares. O valor total do projeto é de R\$ 275.600,00 (duzentos e setenta e cinco mil e seiscentos reais), dos quais R\$ 246.600,00 (duzentos e quarenta e seis mil e seiscentos reais) são de recursos do MDA/SAF e os restantes R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais) referem-se à contrapartida da proponente ATAEPAR. Depois de prestados todos os esclarecimentos a respeito do projeto e histórico da entidade proponente, o CEDRAF deliberou por recomendar ao MDA/SAF para que contrate o

projeto apresentado, pois a implementação do mesmo, além de qualificar os extensionistas municipais, ampliará os serviços de Ater em consonância com o que preconiza a Pnater, proporcionando maior e melhor interação com os agricultores familiares e suas organizações, bem como mais acesso à pesquisa e às políticas públicas. Em seguida o Sr. Luiz Fernando chamou os representantes do Vale do Ivaí e Vale do Iguaçu, para fazerem as suas apresentações de Iniciativas Territoriais para aprovação dos Conselheiros presentes. O Vale do Ivaí iniciou a apresentação com o Prefeito de Ivaiporã, Ciro Fernandes e o Sr. Geraldo Sincero Sobrinho da Unidade Regional da EMATER de Ivaiporã, onde fizeram uma síntese dos trabalhos até então desenvolvidos para a consolidação do Território do Vale do Ivaí, apresentaram a caracterização territorial, onde as informações foram baseadas no Diagnóstico Socioeconômico do Território Vale do Ivaí, do IPARDES lançado em 2008, esclareceram que neste trabalho do IPARDES os municípios de São Pedro do Ivaí, Marilândia do Sul e Mauá da Serra não faziam parte do desenho territorial, mas estes Municípios requisitaram a entrada neste processo. Falaram sobre a localização que está no Terceiro Planalto e, parte no Segundo Planalto Paranaense, tendo como área 8.138,767 Km², onde os municípios envolvidos são 28 a saber: Apucarana, Arapuã, Aririnha do Ivaí, Barbosa Ferraz, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Corumbataí do Sul, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marumbi, Mauá da Serra, Marilândia do Sul, Novo Itacolomi, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, São Pedro do Ivaí e São João do Ivaí, a população média do território é 334.013 habitantes. Fizeram uma síntese sobre: aspectos físico-ambientais; dinâmica populacional; sobre as dimensões do desenvolvimento; habitabilidade; saúde; educação; programas sociais e de transferência de renda; condições sociais; turismo e equipamentos culturais; caracterização econômica; caracterização setorial das atividades que engloba a indústria, agropecuária e serviços; assentamentos rurais; e comunidades tradicionais. Em seguida fizeram um relato sobre o histórico das atividades realizadas após o lançamento do Estudo elaborado pelo IPARDES, ocorrido no município de São João do Ivaí em dezembro de 2008 até a data de apresentação oficial ao vice-governador dia 27 de novembro de 2007. Relataram que após este lançamento do IPARDES montou-se um Grupo de Trabalho composto pela AMUVI, SEAB/EMATER, ACAVI, SEPL, FECEA, UNIVALE, UCP, SEBRAE, SENAC E Prefeituras Municipais, e mais tarde tiveram adesão da IES, FAP, FACED, FAFIJAN E UTFPR. Ficando formado o Grupo Institucional Geral, pelos seguintes atores: AMUVI, AMUVITUR, ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES, COPEL, COOPERATIVAS DE CRÉDITO, IAP, IES (FECEA, UNIVALE, e UCP), BIOVALE, SANEPAR, SEED, FECOMÉRCIO, FETAEP, SEAB/EMATER, SETP, SEPL, SETU, SESA, SETI, SEBRAE, SESC, SENAC e Prefeituras Municipais, deixaram como informação que o Grupo de Trabalho buscará junto a essas instituições a efetiva participação no processo territorial no transcorrer do ano de 2010. Falaram sobre a metodologia utilizada para indicação das prioridades, e apresentaram os resultados obtidos por temas escolhidos que foram: Infraestrutura, Turismo, Educação, Saúde, Segurança, Indústria e Comércio, Cultura, Assistência Social, Meio Ambiente, Agricultura e Esporte e Lazer. Citaram as próximas ações propostas neste encontro, para a consolidação do processo territorial: 1) Buscar a aprovação da proposta de Constituição do Território do Vale do Ivaí junto ao CEDRAF, em sua reunião dia 09/12/09; 2) –Estruturar o organograma funcional do Território; 3) –Definir a estrutura do Núcleo Dirigente (Conselho Gestor); 4) Estruturar as Câmaras Temáticas, e 5) Elaborar e aplicar o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PDTS. Finalizando apresentaram aos Conselheiros as Atas das reuniões para a preparação do Fórum Territorial, Listas de presenças das diversas fases do trabalho, algumas matérias veiculadas nos jornais da região e pediram a aprovação e abriram para a plenária que não houve manifestação contrária e foi aprovado por unanimidade pelos Conselheiros

presentes. Após foi chamado os representantes do Território Vale do Iguaçu, para apresentarem o Território. O Chefe do Núcleo da SEAB de União da Vitória Sergio Septjiuk e o Técnico da EMATER Sr. Dionísio Retcheski fizeram a apresentação. O Sr. Sergio iniciou apresentando um perfil do Território Vale do Iguaçu e um breve histórico da sua constituição, características sócio-econômicas e ambientais, o diagnóstico compartilhado e os eixos prioritários definidos em todo ambiente do território, que vem ser a soma das discussões ocorridas, nas comunidades rurais, Conselhos Municipais, Câmaras Técnicas, Fórum e Conselho Gestor. Informou que o Vale do Iguaçu é composto por 10 Municípios, a saber: Antonio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, São João do Triunfo, São Mateus do Sul e União da Vitória; que a partir do ano de 2007, iniciou-se um trabalho de mobilização e organização de comunidades rurais, conselhos municipais de desenvolvimento rural, instituições governamentais e não governamentais com o objetivo de juntos construírem propostas para o desenvolvimento deste Território. E, em 20 de maio de 2009 foi formado o Fórum de Desenvolvimento Territorial, num encontro no município de Paula Freitas com a participação de 181 pessoas, entre elas autoridades e representantes de entidades públicas e civis de todos os Municípios e da esfera estadual. Dentre os participantes foi definida a constituição do Fórum e do Grupo Gestor Territorial. O Fórum Territorial é composto por 86 representantes titulares e seus respectivos suplentes de instituições públicas e civis de todos os Municípios, com o objetivo de discussão, análise e aprovação das propostas. O Conselho Gestor é composto por 15 titulares e seus respectivos suplentes, integrantes que se reúnem de forma sistemática, a fim de gerenciar e apoiar o processo territorial. Com esses grupos formados foi elaborado o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, aonde foi priorizado os três eixos fundamentais: econômico nas áreas de fruticultura, bovinocultura de leite, agroindústria e comercialização, e na diversificação da produção agrícola, social nas áreas de Educação no campo, saúde, comunicação, e serviços sociais, e o terceiro eixo ambiental nas áreas de educação ambiental, regularização fundiária e legislação ambiental. A partir daí o Sr. Dionísio fez um breve relato sobre a caracterização do Território, falando sobre a localização que está a 250 km da capital, falou sobre os aspectos ambientais, demográficos lembrando sobre os ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva mate e da madeira, onde a região teve suas atividades econômicas mais tradicionais, a povoação se deu pela imigração dos poloneses, ucranianos, alemães e italianos, e devido a área montanhosa e solos de baixa fertilidade apresenta base econômica estreita e de baixo dinamismo, a região teve um tardio processo de integração a outras áreas mais empreendedoras do Estado, em função da quase total ausência de vias de comunicação que estimulassem a circulação de mercadorias e fomentassem a produção. Citou os indicadores sociais baseados no ano de 2000, e também falou sobre os aspectos econômicos, onde a agropecuária vem se destacando muito nos últimos tempos. Em seguida fez um breve relato do histórico do processo territorial, falou também dos desafios apresentados nos eixos econômicos, social e ambiental, sobre as potencialidades e as ações para esses eixos. Finalizou a apresentação ressaltando que são significativos os avanços conseguidos na organização do Território, e com certeza um passo muito importante na diminuição da pobreza e na melhoria da qualidade de vida da sua população. Foi aberto para a plenária, e em seguida posto em votação para o Conselho, que aprovou por unanimidade o reconhecimento do Território Vale do Iguaçu. O Sr. Luiz Fernando deu prosseguimento na pauta e chamou os representantes do CONSEA, EMATER, CAE, MDA, SETP, CONAB e SEAB, para falar sobre a **Evolução das Ações com vistas À implementação da Lei da Alimentação Escolar**. Pela EMATER falou o Sr. Geraldo, que informou sobre os trabalhos que o Instituto vem fazendo quanto a divulgação do Programa de Alimentação Escolar e capacitação para atuar neste espaço de mercado, onde é preciso pessoas e produtos organizados, falou também sobre a organização de redes para atender aos grandes municípios, e que hoje na Emater todos os

extensionistas conhecem o programa. Terminou sua fala dizendo que desenvolvimento se faz de forma integrada diminuindo os gargalos. Em seguida a Sra. Silvia presidente do CONSEA, fez um breve relato sobre a Lei aprovada em 2006. Informou que no Brasil são 27 Conselhos, e que existe todo um processo de mobilização no Estado quanto a esta questão, e no Paraná a Márcia da SEED está a frente deste processo, participando junto dos Seminários da EMATER. Informou que as chamadas públicas já estão acontecendo, e é importante que os municípios e as Prefeituras estejam preparadas. Finalizou colocando-se a disposição através do CONSEA. A sra Telma, da SETP falou sobre a Segurança alimentar que existe no Estado, e que esta é uma Política nova, e hoje participam poucos agricultores e há uma necessidade muito grande de se ampliar. Colocou a preocupação quanto a necessidade de um mapeamento das famílias em insegurança alimentar. Falou que tem sido várias articulações e participações para construir esse processo de Segurança Alimentar, e que é um desafio que todos trabalhem junto com as Políticas de Segurança Alimentar. O Representante da UNICAFES Sr. Dallazen falou sobre a contribuição que entidade vem dando neste processo, mas que existem algumas dúvidas quanto aos processos, se serão individuais, ou através de associações ou de cooperativas. Falou também sobre a sensibilização dos Prefeitos e Secretários Municipais, informou que no Rio Grande do Sul, já está se comprando da agricultura familiar 100% de produtos para a merenda escolar da agricultura familiar. Encerrando-se assim os trabalhos no período da manhã. No período da tarde iniciou-se os trabalhos, com uma proposta da UNICAFES e CONSEA de criar um grupo de trabalho com enfoque na metodologia para orientar nos municípios os Secretários Municipais da Agricultura e Educação quanto a Alimentação Escolar. Foi colocado para plenária e todos concordaram com a sugestão. Em seguida o Sr. Jorge, do IBGE, fez a sua explanação sobre os dados do Censo Agropecuário, onde fez um breve relato da metodologia adotada para a confecção dos dados que serão apresentados, explicou que o ano base é 2006, que a coleta ocorreu de agosto a novembro de 2006, que foram envolvidas cerca de 6000 pessoas que trabalharam no IBGE. Em sua apresentação fez um parâmetro do ano de 1985 e 2006, sobre os dados focalizados na agropecuária, falando sobre a economia, e o seu desenvolvimento e as alterações ocorridas neste período. Citou que a diminuição do êxodo rural se deu devido ao aumento das políticas públicas existentes. Após a apresentação do IBGE o IPARDES fez uma breve apresentação da Nota Técnica do Censo Agropecuário elaborada pelo IPARDES em 2008 que enfoca a importância de se fazer alguns recortes para que haja um melhor entendimento de alguns dados. Finalmente, Serinei César Grigolo UFPTR/Dois Vizinhos fez uma apresentação sobre o encontro realizado na Universidade com vistas a debater o Censo. Em seguida o Secretário Bianchini abriu a palavra e diversos Conselheiros colocaram suas posições e ou indagações quanto ao assunto apresentado durante toda a tarde. Posteriormente foi dado os informes, em tempo, foi aprovada a inserção do município de Tamarana como componente do Território Caminhos do Tibagi. Em seguida foi feita a entrega dos três veículos adquiridos para atender a Administração da ARCAFAR-Sul. Sem nada mais a ser tratado o Secretário Bianchini encerrou a reunião e convidou a todos para um Coquetel de encerramento de atividades. E eu, Luiz Fernando Pacheco da Costa redigi a presente Ata que deverá passar pela correção e aprovação dos Conselheiros.

VALTER BIANCHINI

Presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar- CEDRAF

LUIZ FERNANDO PACHECO DA COSTA

Secretário Executivo do CEDRAF.